

MIGRAÇÃO E LUTA PELA TERRA: serranos em Florianópolis-SC (1970-80)

*Adriano Larentes da Silva**

Resumo

Este artigo trata dos moradores da região Serrana Catarinense que migraram para Florianópolis nas décadas de 70 e 80 e mostra parte do processo que levou esses migrantes a se envolverem na luta pela terra nessa cidade a partir de 1984. Trata-se de uma leitura parcial, focalizada nas histórias e trajetórias de migrantes economicamente pobres que hoje moram no Morro da Penitenciária, uma comunidade localizada em uma das encostas do Morro da Cruz, na cidade de Florianópolis-SC.

Palavras-chave: Migração e luta pela terra.

*Mestrando em História pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, orientando da Profa. e Doutora Cristina S. Wolff.

1. Introdução

As décadas de 70 e 80 foram anos de importantes mudanças no campo e nas cidades catarinenses e brasileiras. Neste período, houve no estado e no país um aumento considerável do êxodo rural e das migrações em direção às áreas urbanas das pequenas, médias e grandes cidades.

A partir de 1980, pela primeira vez em sua história, Santa Catarina passou a ter oficialmente uma população urbana maior que a rural (IBGE, 1980). Com isto, os problemas urbanos do estado aumentaram. As migrações acabaram motivando um exagerado desequilíbrio populacional entre os municípios. Enquanto diversos pequenos municípios esvaziaram-se populacionalmente, vários outros de médio e grande porte cresceram rapidamente, passando a abrigar em seus espaços urbanos cada vez mais migrantes.

Na região Serrana de Santa Catarina, nos anos 70 e 80, a maioria dos municípios apresentou uma diminuição de população, conforme pode ser percebido através de uma análise comparativa entre os censos demográficos do IBGE de 1970, 1980 e 1991. As únicas exceções foram Lages, São Joaquim, Santa Cecília e Curitibanos que tiveram um aumento no número de habitantes nos anos 70 e, no caso dos três primeiros, um decréscimo de habitantes na década seguinte. Já em relação à ocupação do espaço urbano, os resultados para o mesmo período, 70 e 80, são bastante diferentes. Ou seja, o número de habitantes urbanos cresceu em praticamente todas as cidades da região. Um exemplo desse crescimento foi Lages, cidade pólo da região Serrana Catarinense que hoje

tem menos de 3% de sua população vivendo na zona rural (IBGE, 2000). Esta cidade, há vários anos, vem atraindo para o seu meio urbano milhares de migrantes do interior do próprio município e dos pequenos municípios circunvizinhos. Porém, simultaneamente a este processo de chegada de novos migrantes, Lages também tem sido, especialmente nas últimas duas décadas, um dos municípios da região Serrana de onde saíram inúmeros migrantes rumo às maiores cidades de Santa Catarina e do Brasil.

Em Santa Catarina, além do desequilíbrio populacional entre os municípios, as ocupações irregulares de áreas inabitadas, ou pouco habitadas, nas maiores cidades, foram outro grande problema ocasionado pela saída de milhares de migrantes de seus locais de origem nos anos 70 e 80. É o caso das ocupações de áreas de mangue na cidade de Joinville e de encostas de morros em Florianópolis. Estas ocupações, feitas em sua maioria por migrantes economicamente pobres, mudaram sensivelmente a fisionomia de diversas cidades catarinenses e acabaram por gerar conflitos urbanos semelhantes aos existentes em grandes cidades brasileiras. Entre esses conflitos, merecem destaque as lutas dos moradores de periferias a partir do início dos anos 80 pela posse dos terrenos ocupados. Estas lutas acabaram contribuindo para a organização do Movimento dos Sem-Teto em Santa Catarina e serviram para chamar a atenção das autoridades municipais, estaduais e nacionais para o problema da terra no meio urbano deste estado. Além disso, elas foram importantes para dar visibilidade a uma imensidão de migrantes invisíveis, ou que foram tornados invisíveis por boa parte dos órgãos públicos e

da população das cidades envolvidas. Com a luta pela terra emergiram novos sujeitos sociais, “novos personagens”, com costumes, crenças, formas de ser, de se organizar e de lutar bastante diversos e que acabaram por revelar cidades e movimentos sociais extremamente plurais.

O retrato dessa realidade, que tem de um lado a vida no campo e a migração, e de outro a ocupação de espaços urbanos e a luta pela terra, está estampado em muitos morros de Florianópolis, uma cidade que, a exemplo de outras capitais brasileiras, tornou-se nas últimas décadas o destino de inúmeros migrantes. Entre os locais de origem desses migrantes estão regiões como o Oeste e a Serra catarinenses e os estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. No caso dos migrantes oriundos da região Serrana Catarinense, um dos locais ocupados, principalmente a partir da década de 70, foi o Morro da Penitenciária, uma pequena comunidade localizada na parte leste da ilha, distante cerca de cinco quilômetros do centro de Florianópolis (veja o mapa na página 78).

A partir de agora, veremos um pouco das histórias e trajetórias desses migrantes que deixaram a região serrana, a terra, a fazenda, o patrão, as madeireiras e buscaram no espaço urbano de Florianópolis, mais especificamente no Morro da Penitenciária, uma vida melhor para si e suas famílias. Veremos também qual a importância desses migrantes como sujeitos sociais que redefinem cotidianamente suas experiências, memórias e identidades e ao mesmo tempo resignificam suas lutas e representações sobre o espaço urbano e a terra.



Pequenos agricultores em lavoura de feijão, no município de São José do Cerrito - Santa Catarina. Apesar de todas as adversidades, eles ainda insistem em lutar para permanecer no campo (Fonte: Acervo da família Fernandes, que hoje reside no Morro da Penitenciária, em Florianópolis).

2. A vida na Serra

As histórias e trajetórias da maioria da população que atualmente reside no Morro da Penitenciária em Florianópolis estão ligadas à agricultura, à terra e à região Serrana Catarinense. Era daí que tiravam inicialmente seu sustento, trabalhando quase sempre na terra "dos outros" como parceiros, meeiros, bóias-frias, peões de fazenda (FANTIN, 1997).

Em uma região dominada pelo latifúndio, como é o caso da região Serrana Catarinense, sobrava pouco espaço para os pequenos proprietários. Estes, além das constantes intempéries como geadas e estiagens e dos baixos preços pagos aos seus produtos, também sofriam com a possibilidade de perder suas terras. Para diversos pequenos proprietários, as cercas das fazendas vizinhas estavam cada vez mais próximas de suas casas. Essas cercas representavam não só a possibili-

dade de perda da terra, mas também o estabelecimento de uma relação de conflito e dependência com o fazendeiro. Era exatamente isso que diversos pequenos proprietários evitavam a todo o custo (MUNARIM, 1990).

A figura do fazendeiro/patrão tornava-se presença constante na vida de muitos ex-pequenos proprietários e peões de fazenda. Ela os acompanharia desde o campo até a cidade, assumindo diferentes identidades em cada um desses locais.

No campo, por possuir uma grande quantidade de terras, conquistadas muitas vezes com a expulsão e morte de índios e posseiros, o fazendeiro/patrão possuía também o poder político. Era ele quem "arranjava" o emprego, redigia contratos, contratava advogados, emprestava dinheiro, providenciava médicos ou hospitalizações nos casos urgentes, batizava os filhos ou apadrinhava os casamentos. Segundo Durham (1984), na medida que cumpre o seu papel, o patrão apresenta-se na cultura rural brasileira como figura paternalista, cuja autoridade se deve corresponder com respeito e cuja proteção se deve retribuir com a lealdade. Apesar disso, peões de fazenda, pequenos proprietários e diversos outros trabalhadores rurais não aceitavam passivamente os desmandos dos patrões. Como mostrou Fantin (1997), a migração foi uma das principais formas de resistência utilizadas por esses trabalhadores rurais a um sistema de *semi-escravidão*, vivido especialmente nas fazendas.

3. Cidade: opção ou fuga?

Procurando fugir das amarras que estimulavam uma relação de dependência com o patrão ou sim-

plesmente buscando uma vida melhor para si e para a família, muitos desses trabalhadores rurais citados saíram do campo indo para as pequenas cidades da região Serrana e até de outros estados, enquanto alguns migraram diretamente para a cidade de Florianópolis, capital do estado e um dos maiores pólos atrativos de migrantes nos últimos 30 anos¹.

Sem qualificação profissional e raramente tendo freqüentado a escola, os ex-agricultores e trabalhadores rurais que ficavam na região Serrana obrigavam-se a procurar emprego em setores como o da construção civil e, principalmente, o da indústria madeireira. Este último, em franco desenvolvimento a partir do final dos anos 40, época do início do chamado "ciclo da madeira" na região Serrana de Santa Catarina (MUNARIM, 1990). Para aqueles que "optavam" pelas madeireiras, quase sempre era possível permanecer ligados a terra, pois a maior parte delas ficava na zona rural.

A vila, um conjunto de casas construídas próximas à madeireira, era o local de moradia dos peões. Ali podia-se fazer pequenas plantações e criar pequenos animais. Muitos dos ex-trabalhadores rurais e ex-agricultores continuavam, portanto, a viver no meio rural, mantendo vários hábitos e costumes da roça, embora seus empregos e a disposição de suas novas casas lembrasse muito uma pequena cidade. Seus novos empregos como peões de madeireiras possibilitavam também uma elevação de *status* diante do seu grupo. Na serraria, o peão fazia parte de um quadro hierárquico de funções, que podiam ser julgadas, permitindo, assim, uma ascensão social, o que se constituía uma novidade em uma região até então controla-

da unicamente pelos donos de fazenda (MARTENDAL apud MUNARIM, 1990).

Em novo emprego, apesar de também estabelecer uma relação de dependência com o novo patrão, os ex-agricultores e trabalhadores rurais quase sempre continuavam a manter seus vínculos com o fazendeiro, principalmente através do compadrio. Segundo Munarim (1990), os ex-agricultores e os ex-peões de fazenda não aderiram de imediato e a maioria nunca iria aderir às orientações políticas dos novos patrões, que eram agora madeireiros e que faziam oposição às oligarquias rurais.

Apesar de vantagens como salário fixo mensal em *dinheiro vivo*, casa para morar e ainda, para muitos, a possibilidade de manter boa parte dos seus hábitos e costumes do campo, a vida dos peões de madeireira era muito difícil, conforme nos mostra Dona Hilda:

[...] serraria leva muita marca, porque a casa é muito perto e prá gente criar os filhos da gente tem problema de criança [...] e é aquela pobreza, sabe, quem trabalha em serraria, muita pobreza [...] (OLIVEIRA, 1991).

O trabalho com a madeira, com suas vantagens e desvantagens, consistia em um ofício étnico, pois era realizado principalmente pelos luso-brasileiros ou *caboclos*. Eram eles que trabalhavam no mato derubando e carregando toras para posteriormente enviá-las para beneficiamento nas madeireiras. No processo de beneficiamento, cabia também a eles, os luso-brasileiros, a maior parte do trabalho braçal. Esta divisão étnica do trabalho pode ser encontrada também em outros setores da economia catarinense,

embora com características diversas. É o caso, por exemplo, dos *brasileiros* extratores de erva-mate no Oeste de Santa Catarina estudados por Renk (1997). Segundo essa autora, a extração da erva-mate era uma atividade sazonal que constituía-se em uma das únicas alternativas de ganho para a “nação brasileira” devido as dificuldades encontradas em outras profissões e pelo fato de muitos “brasileiros” terem perdido suas terras ao longo do processo de ocupação branca da região Oeste. Nos dois casos, no Oeste e na Serra, o contato com as florestas e com o padrão mostra as similaridades da “lida” dos luso-brasileiros e ao mesmo tempo também os conflitos nos quais estava envolvido este grupo étnico. Esta especialização do trabalho explica, em partes, por que tantos *caboclos* saíram da região Serrana a partir da década de 60, época em que ocorreu o fim do *ciclo da madeira* nesta região catarinense devido ao esgotamento das reservas nativas, ao aumento do rigor das leis ambientais e à crise econômica instalada no país nesse período (MUNARIM, 1990). Com o fim do *ciclo da madeira*, diversas madeireiras foram gradativamente fechando suas portas, gerando desemprego e aumentando a pobreza, principalmente entre os luso-brasileiros, cuja maior especialidade era a *lida* com a madeira. A solução para esses e vários outros grupos de trabalhadores foi a migração para a periferia de Lages e/ou para diversas outras cidades pólo catarinenses, entre elas Florianópolis.

4. Florianópolis: em busca de uma vida melhor

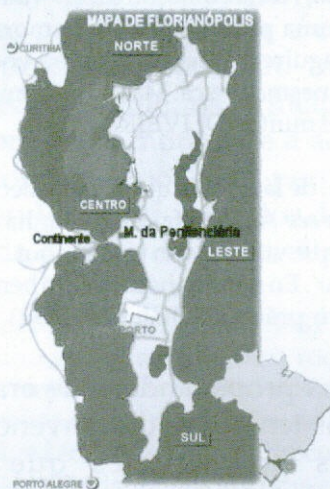


Na foto acima, imagens de migrantes serranos no espaço urbano de Florianópolis nos anos 80 (Fonte: Arquivo da Casa da Criança do Morro da Penitenciária).

Dos diversos migrantes que deixaram as cidades da Serra catarinense, principalmente nos anos 70 e 80, grande parte deles dirigiu-se às áreas urbanas do município de Florianópolis. Nesta cidade, um dos locais escolhidos foi o Morro da Penitenciária (mapa a seguir), local onde algumas famílias, vindas da região Serrana nas décadas anteriores, já haviam se estabelecido.

A região do bairro Trindade, em Florianópolis, hoje conhecida como Morro da Penitenciária, começou a ser ocupada no final dos anos 50. Nessa época, alguns familiares de presos, transferidos da região Serrana de Santa Catarina para a Penitenciária Estadual, construíram ali as primeiras casas. Estas foram erguidas em terrenos ocupados de forma clandestina, localizados na encosta leste do Morro da Cruz², e que na sua maioria pertenciam ao governo do estado.

A partir das primeiras famílias de presidiários foram chegando ao Morro da Penitenciária diversas outras que não vinham mais por causa de parentes presos mas em busca de uma vida melhor. Eram ex-agricultores, ex-bóias-frias, ex-peões de fazenda e de madeira, oriundos de Campo Belo do Sul, Lages, São José do Cerrito e outras cidades da região Serrana Catarinense.



Como vimos, desde os anos 60 a vida no campo tornava-se cada vez mais difícil e diversas madeiras começaram a fechar suas portas, deixando inúmeras pessoas sem emprego. Neste mesmo período, as notícias e propagandas sobre Florianópolis serviam de atrativos para a migração. Elas chegavam através dos meios de comunicação e principalmente de parentes e amigos que já moravam na capital. Estes, muitas vezes sentindo-se isolados e deslocados em uma terra diferente da sua, faziam chegar até a região Serrana propostas e notícias sobre emprego fácil, me-

lhor acesso à saúde, à educação, além de inúmeras outras vantagens que a capital oferecia. Os depoimentos de Dona Hilda e Seu Argeu, moradores do Morro da Penitenciária há mais de 29 anos, mostram um pouco da realidade dos serranos que migraram para a capital catarinense:

Tinha uma tia minha que morava aqui, é irmã do meu pai. [...] Aí ela começou dizer: 'vamo, vamo pra lá'. Eu dou uma pecinha pra vocês morar lá até que vocês conseguirem uma casinha pra vocês. [...] Aí nós viemos mesmo pra cá. Mas eu no começo achei ruim, não gostei muito (OLIVEIRA, 2000).

[...] Aí de lá do sítio que a gente decidiu vir cá, pois um tal de *seo* Alberto falou que tinha uma tia, assim, assim, que vivia há um tempo aqui: 'vá prá lá tentar um pouco'. Eu não conhecia muito bem, mas a gente decidiu vir prá cá (GOULART, 1991).

Através das propagandas que eram feitas e, acima de tudo, das tentativas de convencimento pessoal empreendidas por aqueles que estavam em Florianópolis há mais tempo, diversos migrantes foram atraídos para o Morro da Penitenciária, muitas vezes sem nunca ter estado ali antes. Vinham *tentar um pouco*, algumas vezes às escuras, assim como fizeram diversos outros migrantes e imigrantes que desembarcaram em Santa Catarina a partir do século XVIII. Respeitando as devidas especificidades e periodicidades de cada movimento migratório e os diferentes processos de colonização de nosso estado, é possível dizer que os serranos que já estavam na capital desde a década de 50, foram uma espécie de *novos agentes propagandistas* e estimuladores de uma *colonização às avessas*, daquelas ocorridas anteriormente em

Santa Catarina³. Assim, como seus predecessores, estes *novos agentes* também criaram falsas ilusões entre os migrantes que saíam de suas regiões de origem⁴. Dessa forma, para muitos migrantes (como Dona Hilda e Seu Argeu - depoimentos anteriores) o que os esperava na capital nem sempre era o que havia sido propagandeado por parentes, amigos e vizinhos. Nem tanto em relação ao emprego, pois este de fato existia nos anos 60 e 70 com a construção da Universidade Federal e outros prédios públicos e com o aumento cada vez maior da especulação imobiliária em Florianópolis. Na verdade, os principais problemas estavam relacionados à moradia e à adaptação na cidade grande, conforme pode ser percebido pelo depoimento de Seu Eduardo, morador do Morro da Penitenciária desde o início dos anos 80.

Eu vim pra cá em agosto de 1982. E vim justamente porque a gente trabalhava na roça, era agricultor e nossa renda familiar lá (na região Serrana), minha e dos meus pais, era muito fraca, na agricultura é muito difícil. Aí foi onde a gente procurou sair e a gente sabia que Florianópolis era uma cidade que oferecia muita chance de melhoria de vida. A gente veio de lá, mas, como todo mundo sabe, chegando numa cidade a primeira coisa que a gente encontra é dificuldade de colocação, de moradia. E a gente chegou aqui (no Morro da Penitenciária), se colocou, comecei a trabalhar e hoje tá [...] razoavelmente dá pra sobreviver (RIBEIRO, 2000).

É neste momento de transição de um local ao outro que a existência de redes sociais de parentesco, de vizinhança e de solidariedade torna-se fundamental para a família migrante recém-chegada. Através dessas redes, muitas famílias puderam se inserir de fato

em uma nova comunidade⁵. As redes sociais, segundo a definição de Barnes (1987, p. 163), são “[...] processos sociais que envolvem conexões que transpassam os limites de grupos e categorias”. Era comum, nos primeiros tempos, a família que chegava ocupar uma peça ou morar junto com um parente ou conhecido até que pudesse construir sua própria casa. Também na busca do emprego quase sempre contava com a influência dessas pessoas conhecidas, ou seja, parentes e amigos.

A gente garrou, chegamos na casinha da sinhá Dirva. Então, ela tinha uma casinha grandinha, que repartiu certinho no meio. Daí ela tinha uns carequinho de casa: cama, um fogãozinho, umas coisinhas lá, das outras pessoas que tinha ido embora. Eu cheguei ali, falei com ela e ela me ajudou. Me deu uma pecinha e aquelas coisas; fiquei uns 15 dias. Daí tinha uma casinha alí em cima. Só um pedacinho de uma casa - uma metade era coberta e outra não [...]. Daí eu falei com meu compadre: podia me arrumar um pedacinho de chão lá no seu terreno prá mim fazer uma casinha? - Não, tudo bem, pode fazer. Daí eu comprei aquele pedaço de casa e comecei a fazer a minha (GOULART, 1991).

Muitas das dificuldades encontradas por migrantes como Seu Eduardo e Seu Argeu (depoimentos anteriores), e vários outros que ocuparam o Morro da Penitenciária, são idênticas às encontradas por diversos migrantes que se estabeleceram em diferentes localidades de Florianópolis ou mesmo em outras capitais brasileiras⁶. Ou seja, a maior parte deles era de baixa renda, estudou no máximo até a 4ª série e teve que contar com a ajuda de amigos e parentes para enfrentar os desafios da cidade grande. No caso dos mo-

radores do Morro da Penitenciária, deve-se levar em conta a existência de um mesmo local de origem, especialmente entre os primeiros moradores, e a permanência de relações de parentesco, compadrio, vizinhança e solidariedade já existentes na região Serrana.

[...] Então o que tinha aqui era tudo vizinho nosso de lá [da região Serrana]. Quando nós chegamos, viemos só nós dois [entrevistada e esposo], fomos bem recebidos por essas pessoas [que já moravam no Morro] porque era só gente conhecida (OLIVEIRA, 2000).

O fato de serem *tudo vizinho, só gente conhecida*, como nos mostrou Dona Balbina no depoimento citado, contribuiu para que houvesse entre os migrantes que foram chegando ao Morro da Penitenciária afinidades históricas, lingüísticas e culturais que acabaram sendo fundamentais para o processo de constituição das redes sociais citadas. Estas afinidades permitiram inclusive a manutenção de hábitos e crenças presentes antes da migração para Florianópolis. Na capital, os migrantes serranos continuaram ouvindo músicas sertanejas e gaúchas, tomando chimarrão, indo a bailões e festas religiosas organizados na própria comunidade e fora dela, jogando bocha e futebol. Manteram também sua fé em santos católicos e em outros *santos* populares como o monge João Maria, que percorreu a região Serrana no final do século 19⁷. A manutenção desses hábitos e crenças, no entanto, exigiu que estes fossem redefinidos e adaptados à realidade urbana. Além disso, muitas práticas culturais dos migrantes tiveram que ser postas de lado para dar lugar a comportamentos que possibilitassem as condições mínimas de sobrevivência na cidade.

[...] quando eu vim para Florianópolis a quase um ano atrás, eu usava botas e chapéu. Mas a gente vinha chegando e via que o pessoal não era assim. Aí eu guardei minhas botas e meu chapéu porque tem que mostrar que é daqui, porque se sabem que a gente é de fora os outros tem má fé. Acham que a gente é vagabundo ou que veio pra cá porque roubou em outro lugar. Assim é mais difícil de arrumar emprego (RIBEIRO & FERREIRA, 1984, p. 52).

As mudanças de comportamento dos migrantes serranos, como percebe-se pelo depoimento citado, se davam a partir do estabelecimento de uma relação de alteridade entre o *pessoal* que era *daqui*, ou seja, aqueles que já estavam em Florianópolis a mais tempo e supostamente dominavam os códigos urbanos, e o migrante recém-chegado que por ser *de fora* precisava se adaptar, caso contrário poderia ficar à margem da sociedade. Havia nesse caso a necessidade do migrante assumir uma identidade urbana que lhe desse possibilidade, entre outras coisas, de acesso aos meios de subsistência como emprego, alimentação e moradia, mesmo que ao assumir essa identidade ele tivesse que negar por um momento sua origem e suas *raízes* culturais. Essa identidade, portanto, não era fixa mas sim *móvel*, oscilando entre antigas tradições trazidas do meio rural e novos costumes e necessidades do meio urbano. Ela era formada e transformada continuamente dependendo do momento histórico e do local em que o migrante situava-se e era situado. Segundo Stuart Hall (1997, p. 7-23), o sujeito pode assumir identidades diferentes em diferentes momentos, “[...] identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente”. Para esse autor, há dentro de nós *identidades contraditórias* que nos empurram em diferentes direções, fazen-

do com que nossas identidades estejam continuamente deslocadas. No caso dos migrantes serranos, estes deslocamentos de identidades ocorriam tanto externamente, em momentos de contatos com pessoas de fora do Morro, como internamente entre os próprios moradores à medida que novos migrantes chegavam à comunidade e novos problemas precisavam ser solucionados.

Entre os novos problemas, surgidos principalmente a partir de meados da década de 70 com a chegada de dezenas de migrantes ao Morro da Penitenciária, os principais estavam relacionados à falta de infra-estrutura da comunidade e aos aspectos do terreno físico. A água, que até então vinha de poços construídos pelos moradores nas partes mais altas, já não dava mais conta de abastecer todas as famílias. No Morro também não havia luz elétrica, rede de esgoto e para muitos tampouco comida suficiente. O acesso as casas era extremamente difícil e nos dias de chuva se tornava quase impossível. Além disso, as chuvas também aumentavam os riscos de deslizamentos das encostas do Morro da Cruz, colocando em perigo os moradores das partes mais altas.

Era um morro que na nossa chegada não tinha escadaria. A gente tinha que ir fazendo uma escadinha com uma enxada pra ter como se firmar, botar o pé (RIBEIRO, 2001).

Não tinha água, não tinha quase nada. Era só aqueles servidão assim que a gente caminhava resbalando, caindo, tropeçando (OLIVEIRA, 2001).

Resvalar, cair, tropeçar, fazer, firmar, botar o pé. São estes os verbos que marcaram os primeiros momentos

no Morro da Penitenciária para Adelina e Eduardo. O uso destas expressões serve para diferenciar o antes (passado) do depois (presente). No entanto, a utilização destes verbos pode ser entendida não apenas como os obstáculos do terreno físico, que tiveram que ser vencidos, mas também como a falta de domínio que estes moradores tinham inicialmente sobre os códigos do meio urbano. A busca pelo domínio desses códigos era algo constante e exigia posturas diversas pois não só os códigos mudavam frequentemente mas também novas situações precisavam ser resolvidas à medida que o Morro e a cidade, como um todo, mudavam, física e simbolicamente.

No início dos anos 80 já existia no Morro da Penitenciária aproximadamente 220 famílias morando em 210 moradias, muitas delas em precárias condições (hoje residem no Morro aproximadamente 350 famílias, totalizando em torno de 1.500 pessoas)⁸. Neste período não só o Morro crescia, mas a cidade de Florianópolis e municípios circunvizinhos como São José, Palhoça e Biguaçu. Na ilha e no continente crescia o número de casas e barracos habitados por migrantes de diversas regiões de Santa Catarina e de outros estados brasileiros. Às margens da via expressa, principal estrada de acesso à Ilha, lonas pretas chamavam a atenção de milhares de turistas que todos os anos escolhiam Florianópolis para *curtir as férias*. Nos diversos morros próximos ao centro casas empilhavam-se tendo a seus pés prédios e mansões luxuosas. Na “Capital Turística Internacional”, projetada pelas elites governantes da cidade nos anos 80, os contrastes eram portanto visíveis, sendo cada vez mais difícil ignorar a presença de uma multidão de migrantes que não parava de chegar, para ficar⁹.



Foto aérea de 1998 mostrando a concentração populacional ao redor do Morro da Cruz (Fonte: Arquivo da IPUF).

Para aqueles migrantes economicamente pobres que vinham da região Serrana nos anos 80, o destino era quase sempre regiões próximas ao Morro da Cruz (foto anterior), como os Morros da Penitenciaría, do Horácio e da Serrinha, e às margens de estradas como a via expressa.

No Morro da Penitenciaría, as inúmeras dificuldades e necessidades encontradas pelos migrantes serranos, as relações de parentesco, compadrio, vizinhança e solidariedade existente entre eles e o trabalho de religiosos da Igreja Católica e de estudantes de Serviço Social ligadas à Universidade Federal de Santa Catarina formando no Morro uma Comunidade Eclesial de Base (CEB), acabaram por motivar os moradores a começar a se organizar a partir do início dos anos 80¹⁰. Juntos, homens e mulheres lutaram pela água, pela construção da capela, por um sistema de esgoto, pelas escadarias, pela terra, pela creche, pela Casa da Criança¹¹, pela Associação de Moradores e por tantas outras coisas. Participaram de várias passeatas, manifestações e

encontros juntamente com outras comunidades. Acompanhando de perto todo o processo de redemocratização e de intensa mobilização política que vinha ocorrendo no país, enviaram ao Congresso Nacional, em abril de 1984, um abaixo-assinado, no qual pediam aos integrantes do Colégio Eleitoral que votassem a favor da restituição de *eleições diretas já* para Presidente da República. Nele diziam: “Queremos nós mesmos escolher nosso presidente, já que até hoje não o pudemos fazê-lo”. No mesmo documento, os moradores também exigiam o *tabelamento dos produtos, aumento dos salários, barateamento da energia elétrica, incentivo ao pessoal da roça* e que o governo e os poderosos parassem de explorar os pobres (RIBEIRO & FERREIRA, 1984). Através de suas diversas lutas a partir dos anos 80, os moradores passaram a entrar em contato direto com os órgãos públicos municipais e estaduais e se integraram a outras comunidades, trocando experiências e unificando as reivindicações. Um dos melhores exemplos dessa integração foi a luta pela terra, ocorrida a partir de 1984.

5. A luta pela terra



Passeata de 16 de abril de 1986 – Escadarias da Catedral Metropolitana
(Fonte: Arquivo da Casa da Criança do Morro da Penitenciária).

Em março de 1984 os moradores do Morro da Penitenciária, após terem dado início à construção de uma capela católica na comunidade, foram surpreendidos com a chegada ao local de um suposto dono do terreno no qual a igreja estava sendo levantada. Tratava-se de um senhor que se apresentava como proprietário e dizia que não permitiria a continuidade da obra recém-iniciada, pois sequer havia sido consultado.

O aparecimento deste suposto dono do terreno onde seria instalada a capela gerou estranheza e uma certa apreensão entre os moradores. Estranheza porque o terreno havia sido doado por uma moradora da comunidade e esta sequer conhecia aquele senhor que agora dizia-se dono. Houve apreensão pois a capela, assim como a maioria das habitações do Morro, estava sendo construída em cima de um terreno ocupado irregularmente nas décadas anteriores e que não se sabia se havia ou não a escritura de posse. Além disso, o fato podia repetir-se em outros locais, com outros terrenos ocupados no Morro. Diante dessa situação, o primeiro passo dos moradores foi checar junto aos cartórios da cidade se havia algum registro em nome do suposto proprietário. Para alívio de todos a resposta foi negativa. O terreno onde estava sendo construída a capela não possuía nenhum dono oficial.

No mesmo mês do embargo das obras da capela na comunidade do Morro da Penitenciária, a Igreja Católica realizou em Joinville um Encontro Estadual de Direitos Humanos. Desse encontro, que contou com a participação de três representantes do Morro da Penitenciária, surgiu a Comissão dos Sem-Terra das Periferias, mais tarde denominada de Movimento dos Sem-Teto. As principais tarefas dessa comissão seriam representar as comunidades junto aos ór-

gãos oficiais, “[...] mantê-las em contato permanente entre si” e “[...] participar dos problemas das comunidades, bem como estar presente nos conflitos surgidos nelas” (TIETJEN, 1994, p. 29).

A formação da Comissão dos Sem-Terra das Periferias refletia uma preocupação cada vez maior da Igreja Católica com os setores marginalizados do meio urbano brasileiro. Essa preocupação foi manifestada claramente a partir de 1980 na XVIII Assembleia Geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), através do documento *Igreja e Problemas da Terra*, onde a Igreja assumiu o compromisso de

[...] defender e promover as legítimas aspirações dos trabalhadores urbanos [...] em relação aos direitos necessários a uma existência digna da pessoa humana, especialmente, no que se refere ao direito a terreno e moradia, alterando o regime de propriedade urbana e da especulação imobiliária.

Até então, as discussões sobre a terra dentro da CNBB limitavam-se quase sempre ao problema da terra no meio rural, onde atuava a Comissão Pastoral da Terra (CPT) (CNBB, 1981).

Além das mudanças no interior da Igreja Católica, a criação da Comissão dos Sem-Terra das Periferias era, acima de tudo, consequência direta dos inúmeros problemas de falta de moradia que existiam nas grandes cidades de Santa Catarina. A falta de moradia estava associada a insuficientes investimentos na área de habitação popular e, principalmente, a um crescimento desordenado que vinha ocorrendo nos maiores centros urbanos catarinenses desde os anos 70.

Entre os motivadores desse crescimento está o fato de que a cidade era, e continua sendo, o lugar onde estavam (estão) localizados os melhores centros de saúde, de ensino, de oportunidade de emprego e de lazer. Além disso, problemas como a falta de políticas de apoio à pequena propriedade, e a modernização da agricultura, também contribuíram (contribuem) para a concentração da terra em Santa Catarina e levaram, e ainda têm levado, milhares de pessoas a migrar para as grandes cidades¹².

A partir de 1984, com a criação da Comissão dos Sem-Terra da Periferia, a luta pela terra em Santa Catarina ganhou novos contornos. Ou seja, já não restringia-se ao campo, ao latifúndio improdutivo, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), mas envolvia também terras do Estado e de particulares localizadas nas cidades e que eram ocupadas por migrantes posseiros.

De todos os municípios catarinenses, Florianópolis era um dos que mais tinha problema com ocupações clandestinas e falta de moradia. E foi nos anos 80 que esses problemas vieram à tona, através de despejos, ameaças de despejos e conflitos de terra na ilha e no continente. Os principais casos envolveram os moradores dos morros da Mariquinha e Horácio e os da Praia do Forte (FANTIN, 1997).

É neste contexto que forma-se, no início de 1984, a Comissão da Terra do Morro da Penitenciária. O embargo da construção da capela, a participação de três representantes da comunidade no Encontro de Direitos Humanos em Joinville e ainda os recentes despejos e conflitos de terra em algumas localidades de Florianópolis, foram sem dúvida decisivos para que a comunidade iniciasse o movimento de luta pela

regularização da terra. A esses fatores deve ser acrescentado o trabalho de conscientização e preparação dos moradores, realizado desde o início dos anos 80 por religiosos da Paróquia da Trindade e estudantes de Serviço Social da UFSC. Além disso, o início do movimento pela terra se dava em um momento em que estavam largamente difundidos entre os brasileiros, principalmente através do BNH (Banco Nacional de Habitação), o *sonho* e o projeto da casa própria. Para os moradores do Morro da Penitenciária esse *sonho*, mesmo que adaptado as suas possibilidades financeiras, já vinha sendo parcialmente realizado desde a ocupação ou compra de terrenos irregulares e da autoconstrução de suas casas. Porém, o problema era que de nada adiantaria morar em uma casa construída ou comprada com muito sacrifício, e que ainda precisaria ser ampliada ou concluída, se nem a casa e nem o terreno onde ela estava eram oficialmente seus perante os órgãos públicos. Portanto, como o *sonho* da casa própria ainda não havia se tornado de fato realidade, a luta pela terra era, entre outras coisas, mais um meio dos moradores alcançarem seus objetivos.

Uma das primeiras iniciativas da Comissão da Terra do Morro da Penitenciária, composta inicialmente por oito pessoas, foi procurar a COHAB (Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina), a exemplo do que fizeram lideranças de outras comunidades que estavam reivindicando a regularização e urbanização das áreas ocupadas. Na COHAB, os membros da Comissão foram informados de que parte das terras do Morro pertencia à Penitenciária Estadual e parte a particulares e que estes últimos eram *desconhecidos*. Dessa forma, o próximo passo foi identificar es-

tes *desconhecidos*, ou seja, os *donos oficiais* de parte das terras do Morro. Esta identificação se deu depois de algumas semanas, quando três membros da Comissão da Terra “localizaram D.D., suposta proprietária” que lhes informou que havia um inventário em andamento e que, assim que este acabasse, entraria com uma ordem de despejo contra os moradores. A partir daí foram várias reuniões entre os membros da Comissão e entre a Comissão e a COHAB no intuito de regularizar as terras onde residiam os moradores.

No mês de outubro de 1984, a notícia de um *provável despejo* publicada pelo Jornal *O Estado* voltou a preocupar a comunidade. Segundo este jornal, cerca de 400 famílias residentes no Morro da Penitenciária estariam apreensivas *temendo a possibilidade de um despejo* dos terrenos que haviam sido ocupados irregularmente. A repercussão desta notícia entre os moradores ficou evidenciada através de uma charge publicada no jornal *A Voz das Comunidades*, de outubro de 1984 (foto a seguir). Nela, após ler a expressão *Ameaça de Despejo*, escrita num jornal afixado em uma parede, um dos moradores afirma: “Rapaz! O que é isso? Os ‘home’ tão loucos”. Na verdade, apesar de ser para muitos um motivo para espanto e preocupação, o que foi noticiado pelo *O Estado* nada mais era do que um relato jornalístico sobre a mobilização dos moradores para identificar os proprietários de parte das terras do Morro. Portanto, a notícia não se tratava de nenhuma grande novidade, principalmente para aqueles que acompanhavam de perto o trabalho da Comissão da Terra. No entanto, o título dado à notícia falando sobre um *provável despejo* e a própria divulgação da notícia foram utilizados pelos agentes e sujeitos ligados à Igreja Católica e envolvidos com a questão da terra na cidade para que se tornasse públi-

co entre os posseiros do Morro da Penitenciária e de outras localidades de Florianópolis o risco que estavam correndo caso não se mobilizassem.



Jornal A Voz das comunidades, outubro de 1984.

No último contato do ano entre COHAB e Comissão da Terra, os moradores foram informados de que a COHAB tinha identificado os dois verdadeiros donos dos 18 mil metros quadrados, correspondentes à terra de particulares, e que agora o próximo passo seria fazer a medição da área.

À espera pelas providências anunciadas pela COHAB, os moradores foram novamente “surpreendidos” por uma notícia veiculada pela imprensa em janeiro de 1985. Segundo um canal de televisão local, a Penitenciária Estadual estaria sendo vendida (TIETJEN, 1994).

Diante desta notícia os moradores decidiram buscar mais informações sobre o caso junto ao canal de televisão, à Penitenciária Estadual e à COHAB. Assim, descobriram que a negociação envolvia uma determinada empresa e o Governo do Estado. A primeira construiria um complexo penitenciário na Colônia Santa

Teresa, interior do município de São Pedro de Alcântara, e em troca receberia a área de 552 mil m² pertencentes à Penitenciária Estadual.

A retirada da Penitenciária de uma das áreas mais valorizadas de Florianópolis era, sem dúvida, um grande negócio para o capital privado, principalmente para as grandes construtoras e companhias de empreendimentos imobiliários.

As justificativas apresentadas pelo governo para a venda da Penitenciária eram principalmente a falta de segurança das instalações do presídio e a grande proximidade de residências. Isto, segundo o governo, facilitava a fuga de presos, o que poderia representar perigo para os moradores próximos, entre eles políticos influentes como o ex-governador Jorge Bornhausen. Não bastasse isso, a direção da penitenciária alegava que, além dos presos, os próprios moradores do Morro da Penitenciária representavam uma ameaça à segurança. Eram uma espécie de *classe perigosa* que precisava ser controlada¹³.

‘São criminosos em potencial que acompanham o pai preso, não conseguem trabalho e vivem do roubo’. [...] Tanto que o caminho natural dos presos, numa fuga, é para o morro, onde recebem cobertura dos moradores (ISTOÉ, 02 de set. de 1987).

Era procurando desconstruir estereótipos como estes presentes no depoimento acima que a comunidade estava organizada e se não fossem as particularidades do momento em que vivia, com certeza também seria favorável a transferência imediata da Penitenciária para outro local. O problema era que a venda do presídio naquele momento traria grandes dificuldades para a tão esperada conquista da terra, pois

a maior parte dos terrenos ocupados no Morro deixariam de ser do Estado para passar para as mãos de especuladores imobiliários.

Conscientes do perigo que a venda da Penitenciária Estadual poderia representar aos moradores do Morro, a Comissão da Terra articulou-se novamente visando apressar o processo de legalização dos terrenos ocupados. A partir dos recentes acontecimentos ocorridos, a responsabilidade da Comissão da Terra tornou-se ainda maior. Por isso, o número de membros da Comissão foi, aos poucos, se ampliando e as reuniões do grupo passaram a ser uma constante.

6. Morro da Penitenciária e do Horácio unificam a luta

Como vimos anteriormente, a partir dos anos 80 diversas comunidades de Florianópolis começaram a se mobilizar devido a despejos, ameaças de despejos e conflitos de terra na ilha e no continente. Para isso, contavam com o apoio da Comissão dos Sem-Terra das Periferias, entidade ligada aos setores populares da Igreja Católica e que reunia lideranças de várias comunidades. Através dessa Comissão, as comunidades iam se conhecendo mutuamente, trocando informações e resolvendo de forma coletiva diversos problemas referentes à questão da terra. Além disso, ficavam sabendo de outros movimentos que ocorriam nas principais cidades do país, através de boletins informativos e outros materiais distribuídos pela Comissão do Solo Urbano, órgão ligado à Igreja Católica e com sede em São Paulo.

As comunidades da periferia de Florianópolis, portanto, não estavam isoladas, mas sim ligadas

umas as outras através de uma rede de informação e solidariedade. Funcionando como elo dessa rede estavam pessoas de determinados setores da Igreja Católica que, a qualquer sinal de perigo contra uma determinada localidade, se responsabilizavam por acionar profissionais como advogados e assistentes sociais e outros setores da sociedade organizada. Estes, por sua vez, através da imprensa e outros meios, *faziam o barulho* contra os responsáveis pela ameaça sofrida. Segundo Franzoni (1993), a existência dessa rede de informação e solidariedade fez com que os casos de despejo, por exemplo, que envolviam um número significativo de famílias, não fossem mais olhados como problemas de indivíduos isolados, mas transformados em *problemas sociais*. Dessa forma, se por um lado havia o discurso de que a prefeitura devia despejar os ocupantes *irregulares*, por outro passou a ser contemplado neste discurso o fato de que cabia também a ela alojar estes ocupantes em outro lugar. Foi graças à existência dessa rede de informação e solidariedade que tornou-se possível o encontro entre as lideranças do Morro da Penitenciária e Morro do Horácio.

Morro do Horácio e Morro da Penitenciária têm histórias parecidas. Ambas as comunidades se originaram de ocupações feitas por volta dos anos 50 por familiares de presos transferidos do interior para a capital. São, portanto, irmãs, pois foram geradas pela mesma mãe, a Penitenciária Estadual. Esta mãe, no entanto, não é símbolo de amor, mas de ódio, violência, repressão, sofrimento. É uma mãe que vigia e que pune não só os seus filhos diretos, os quais têm responsabilidade de proteger, mas todos os que a cercam. Para muitos moradores desses dois morros ela

não morrerá jamais, ficará em forma de uma *imagem virtual* que os persegue, relembrando-lhes do seu passado e das suas fragilidades frente ao poder do Estado (FANTIN, 1997).

Por estarem próximos à Penitenciária Estadual, os dois morros ainda hoje são associados à violência e ao crime por diversas pessoas de outros lugares da cidade. O próprio nome de um deles é um convite a esta associação, feita muitas vezes equivocadamente.

Morro da Penitenciária e Morro do Horácio, apesar de serem comunidades com histórias parecidas e de estarem muito próximas uma da outra geograficamente, permaneceram por mais de um ano lutando pela terra isoladamente. No entanto, em meados de 1985, os dois morros decidiram unificar suas lutas e articular-se conjuntamente. O depoimento de Seu Argeu, um dos membros da Comissão da Terra do Morro da Penitenciária, mostra os detalhes dessa união:

Daí nós se unimos, fizemos duas diretoria. Nós fazia reuniões toda a semana. Uma semana aqui, outra semana lá no Morro do Horácio, pra poder conseguir esse documento da terra. Dentro das reuniões a gente sentiu que tinha que ser pela COHAB, um órgão do Estado, pra fazer um levantamento socio-econômico da comunidade e ver como é que ia ser o problema da terra. Foi daí que nós começemos a luta (GOULART, 2001).

Em janeiro de 1986, em reunião com as duas comunidades, a COHAB anunciou a existência de uma lei que dizia que as terras pertencentes à Penitenciária Estadual não poderiam ser doadas, *só vendidas*. Mesmo com esse anúncio, segundo Fantin (1997), os moradores não desanimaram e não aceitaram pagar

pelas terras, conforme queria a COHAB. Por isso, decidiram enviar ao então governador Esperidião Amim, em fevereiro do mesmo ano, um requerimento solicitando a regularização das terras e um projeto à Assembleia Legislativa solicitando a doação. A partir daí as comunidades iniciaram os preparativos visando pressionar o governador para que fizesse a doação das terras.

Uma carta-história da situação de cada comunidade foi preparada e endereçada ao governador do Estado, deixando claro que a necessidade os moveu a ocuparem os terrenos. Nesta carta, os moradores também enfatizavam que as terras já eram suas por direito, pois moravam nelas há mais de 20 anos e lembravam a Amim das promessas que fez na *Carta dos Catarienses* de 1982 e no livro *A Vez do Pequeno* de 1985. Além da carta-história, as duas comunidades também prepararam um abaixo-assinado, faixas, cartazes e outros materiais para a realização de uma grande passeata em abril de 1986. Essa passeata reuniu em torno de 500 pessoas, representando cerca de 800 famílias das duas comunidades. Estavam presentes também líderes comunitários de diversos bairros de Florianópolis, entre eles Serrinha, Mont Serrat, Sambaqui e Agrônômica. Estes, juntamente com os moradores do Morro da Penitenciária e Horácio, foram recebidos pelo governador Esperidião Amim no Palácio Santa Catarina. Neste dia, o governador, diante da pressão dos manifestantes, comprometeu-se a ajudá-los e marcou uma nova reunião para 27 de abril na capela do Morro da Penitenciária¹⁴.

Os dias que antecederam a visita do governador ao Morro da Penitenciária foram de preparativos para que o maior número possível de moradores estivesse

presente e para que a doação dos terrenos fosse efetivada. No dia 27, conforme combinado, o governador, sua esposa e o presidente da COHAB estiveram na comunidade e diante de centenas de moradores confirmaram a doação de 180 mil m² das terras pertencentes ao Estado. A decisão do governo era cobrar somente das famílias que moravam em terras de particulares. Porém, a COHAB ainda não sabia onde começava e onde terminava as áreas do governo e dos particulares.

A partir do mês de julho de 1986 o projeto de doação das terras do governo começou a ser apreciado pelos deputados estaduais. Em setembro este projeto foi finalmente para votação em plenário sendo aprovado por unanimidade. No mês seguinte, a doação das terras foi sancionada pelo governador do Estado, porém, ao contrário do que muitos esperavam, o processo de luta pela terra não encerrou-se com a doação oficial. Primeiro porque a regularização das terras agora dependia dos trâmites burocráticos que, segundo a COHAB, impediam a rapidez na resolução do problema. Depois, porque era preciso definir os limites da área doada, o tamanho dos lotes de cada um e quem seriam os beneficiados.

Em um depoimento em vídeo, gravado no final de 1987 por religiosos da Paróquia da Trindade, a assistente social Hilda Lopes, informava que os moradores do Morro da Penitenciária ainda não tinham a escritura da terra, pois até aquele momento não havia sido liberada pela COHAB¹⁵. Cinco anos mais tarde, o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) realizou um levantamento na comunidade e informou que a área desapropriada pela COHAB ainda não tinha sido titulada e que não havia sequer uma previsão de quando isto iria acontecer (IPUF, 1993). O

atraso na liberação da área acabou ocasionando um conflito entre os moradores e a direção da Penitenciária Estadual em junho de 1987, que culminou na derubada de algumas casas que começaram a ser construídas no terreno doado pelo governo do Estado.

Entrevistas feitas com moradores no ano de 2001 mostram que boa parte dos beneficiados com a doação dos terrenos ainda não possuía a escritura dos mesmos. Além da demora na liberação por parte da COHAB, a não-retirada das escrituras pelos moradores deve-se, principalmente, a outros fatores, como mostram os depoimentos de Eduardo e Rosa.

[...] escritura ninguém fez, muito poucos. Alguns tão fazendo. Mas, digamos assim, de cem por cento do total da comunidade eu não sei se você vai encontrar cinco por cento que fez, acho que não tem cinco por cento. [...] Eu acho que faz parte da própria carência do povo da comunidade. A dificuldade de trabalho é muito grande, é muito difícil. E assim, o próprio estado das pessoas não oferece condições. Digamos assim, se a pessoa não tem emprego, ela não tem meios de se movimentar. Ela (a escritura) tem um valor que certas famílias não tem esse poder pra cobrir. Então fica difícil. E aí que outros também, digamos assim, são meio parado. Seria mais o caso de alguém chegar e ter uma conversa, explicar pra eles o valor aquisitivo que seria a pessoa ter um terreno escriturado. E outros assim, falando bem o certo, já teria medo. Pensam assim, ah, mas eu já tenho tanta coisa pra pagar e a escritura do meu terreno é mais uma coisa pra mim pagar (RIBEIRO, 2001).

Foi feito um cadastramento tudo direitinho com o nome das pessoas todas da comunidade. Só que eles pegam o documento, mas daí eles tem que ficar pa-

gando imposto. Mas daí as pessoas, 'não, mas se for pra mim pagar eu vou pagar onde é um lugar melhor. Pagar pra morar aqui em cima, no meio das pedras, em cima das pedras. A gente paga, mas por um lugar melhor'. Então, por isso, que muitos não foram requerer o seu documento da terra (MORAIS, 2001).

Como se pode perceber nos depoimentos *a carência do povo, a dificuldade de trabalho, o estado (financeiro) das pessoas, o valor da escritura, a falta de informação, o medo, o imposto* cobrado pela prefeitura e a localização dos terrenos *em cima das pedras*, foram e continuam sendo os principais motivos que impediram e que impedem muitos moradores de possuírem o registro definitivo de seus terrenos. Portanto, a luta pela terra, que para muitos iniciou na região Serrana catarinense, ainda não acabou, pois para a maioria dos moradores do Morro, a escritura ainda é um sonho que parece distante de se tornar realidade. Apesar disso, essa luta foi e continua sendo importante para o estabelecimento de novas relações de alteridade com os poderes públicos de forma geral e com o restante da população de Florianópolis. O estabelecimento dessas novas relações pode ser percebido pelas manchetes de dois jornais, divulgados em 1986. O primeiro era o jornal *O Estado* de 17 de abril que, um dia depois da passeata realizada pelos moradores dos Morros da Penitenciária e do Horácio até o Palácio Santa Catarina, noticiava: *Favelados pedem títulos a Amim*. Menos de seis meses depois, no dia 01 de outubro do mesmo ano, após a doação das terras ter sido confirmada pelos deputados estaduais, o jornal *Diário Catarinense* destacava: *Moradores pressionam e ganham posse*. Por essas duas manchetes nota-se que os *Favelados* passam a ser *Moradores* e os que antes *pediam* agora *pres-*

sionam. Portanto, a luta pela terra revelou à cidade novos sujeitos sociais e culturais e contribuiu para que os migrantes e moradores de morros fossem vistos de uma forma um pouco diferente de antes de iniciarem esta reivindicação.

As mudanças, porém, não foram só em relação à visão do outro sobre as pessoas que moram (moravam) nos morros, mas também dos próprios moradores dos Morros do Horácio e da Penitenciária sobre si mesmos. Segundo Fantin (1997), a luta pela terra proporcionou a estes moradores um *rompimento* com a postura de identificarem-se apenas como *os pobres da cidade*, para reconhecerem-se como *moradores*. Isso fez com que eles deixassem de se auto-definirem através de partes do corpo, mãos que carregam sacolas de compras, pés que sujavam e resvalavam nos dias de chuva, costas que carregavam pedras e outros materiais de construção até o alto dos morros, como faziam antes, quando se referiam às suas lutas e sofrimentos, para definirem-se na relação com um lugar, uma casa, uma ação de residir.

Na memória dos moradores e moradoras do Morro da Penitenciária entrevistados(as) em 2000 e 2001, a luta pela terra se mistura a diversos outros momentos de reivindicações. Ela é parte de um processo mais amplo em que se destacaram as inúmeras dificuldades enfrentadas desde que estes(as) chegaram ao meio urbano de Florianópolis. Assim, quando são questionados(as) sobre o início da organização da comunidade logo constroem narrativas sobre os primeiros momentos no Morro da Penitenciária, as características físicas do terreno ocupado, os motivos pelos quais ocuparam esta região e como os obstáculos que surgiram foram sendo superados. O início da organização e as primeiras conquistas da comunidade também são ge-

ralmente associados pelos(as) entrevista-dos(as) a algum *agente externo*, quase sempre um padre, assistente social ou o próprio governo¹⁶. Através de seus relatos é possível perceber que a luta pela terra não foi apenas mais uma na história da comunidade, mas sim, parte de um processo importante, de aprendizagem individual e coletiva, de participação, de compreensão, de divertimento e, muitas vezes, também de frustração, de tristeza. Algumas dessas frustrações e tristezas estavam relacionadas a certos encontros e reuniões com representantes dos poderes públicos nos quais os moradores nem sempre eram bem recebidos. Além do poder público, outro problema enfrentado era o descrédito, o desinteresse e o deboche de alguns moradores do Morro não envolvidos com a luta pela terra. Em contrapartida, houve muitos momentos que deixaram saudades como, por exemplo, o tempo da Comissão da Terra. Este período de mais de dois anos, 84 a 86, é relacionado pelos(as) entrevistados(as) a um *tempo bom* em que no Morro havia *pouca gente e era tudo unido, bem mais unido*, diferente da atualidade que *tem muita gente nova* e a maior parte dessas pessoas *não tá nem aí pra o trabalho na comunidade*. Neste tempo, as reuniões não eram só momentos para organização e decisões políticas, mas também oportunidades de confraternização e divertimento, como nos mostra Dona Adelina em seu depoimento.

Eu participava das reunião porque sempre era de noite. Um dia era numa casa, outro dia noutra. Até aqui em casa deu muita reunião. [...] Vinha bastante gente. Era de encher a casa. Vinham, tomavam chimarrão, conversava, as vezes fazia até um café. Muitas vezes a gente fazia até uma janta, um risoto, uma coisa. E assim nós tava se divertindo, dando risada e proseando. Um dava uma opinião, outro

dava outra e pro fim dava tudo certo (OLIVEIRA, 2001).

A luta pela terra foi um momento de afirmação e redefinição das identidades individuais e coletivas dos moradores do Morro da Penitenciária e de outras comunidades envolvidas, permitindo que estes emergissem como sujeitos sociais. A partir dessa e de outras lutas empreendidas, estes moradores resignificaram suas experiências cotidianas e suas memórias, dando um novo sentido e atribuindo novos valores à terra e à vida no meio urbano. Como mostrou Sader (1988), foram lutas como estas, envolvendo moradores de periferia, que puseram em cena “novos atores” e deram uma cara nova aos movimentos sociais no Brasil da década de 80.

7. O morro hoje



Panorâmica do Morro da Penitenciária em 2000
(Fonte: Arquivo da E.E.B. Hilda Theodoro Vieira).

Hoje, muitos desafios continuam a se apresentar aos moradores do Morro da Penitenciária. Conquistas obtidas, como o Posto de Saúde, a Rádio e

Padaria Comunitárias, já não existem mais. Algumas lideranças faleceram ou saíram do Morro, outras desistiram da luta coletiva. Dos que saíram do Morro, alguns migraram para outras cidades brasileiras enquanto os demais passaram a morar em vários bairros da grande Florianópolis. Nos últimos anos a população do Morro cresceu rapidamente e a terra para muitos ainda precisa ser conquistada. Migrantes vindos da região Serrana, de outras cidades catarinenses e de diversos estados brasileiros ocuparam o Morro, fazendo com que novas casas subissem a ladeira, contrastando com as mansões que foram sendo construídas lá embaixo, cercadas por muros enormes, visíveis e invisíveis. A água ainda hoje insiste em faltar; o desemprego atinge boa parte das famílias da comunidade, o lucro com a venda de drogas para a elite de Florianópolis aumenta, a prefeitura e o governo do Estado continuam com suas políticas assistencialistas como no início dos anos 80, quando distribuía *sopões* e cestas básicas nas periferias, os desvios de dinheiro público persistem e a polícia ainda continua visitando o Morro, cada vez mais repressora, à procura de bandidos e criminosos, que na maioria das vezes estão distantes dali. Apesar de tudo isto, vários homens e mulheres do Morro da Penitenciária insistem, mesmo que silenciosamente, transformando suas trajetórias e suas histórias, marcadas pela migração, por lutas, organização e sonhos com uma vida melhor.

8. Notas

1 Em 1970, segundo Censo Demográfico feito pelo IBGE, a população de Florianópolis era de 132.840 habitantes. Hoje, conforme este mesmo ór-

ção de pesquisa, já são mais de 330 mil pessoas residindo neste município (IBGE, 2000).

2 O maciço do Morro da Cruz é onde estão diversas comunidades compostas em sua maioria por migrantes economicamente pobres.

3 Ao usar a definição *colonização às avessas* tomo como base o estudo de Renk (2000) sobre a *sociodidécia às avessas* que ocorreu e vem ocorrendo com os agricultores da cidade de Palmitos-SC. Esse estudo mostra que a permanência na terra para os colonos de origem *não vale mais apenas*, pois permanecer na agricultura é tornar-se escravo. Com isto, valores étnicos como trabalho e progresso utilizados por estes e para estes colonos passam a confrontar-se com situações evidentes de crise, principalmente nos anos 80 e 90 quando o êxodo rural tornou-se uma constante na região Oeste Catarinense.

4 Excelentes exemplos da atuação dos agentes propagandistas e das diversas formas usadas pelas companhias colonizadoras para atrair migrantes para Santa Catarina podem ser encontrados em Nodari (1999).

5 Magnani e Torres (1996, p. 47) definem como característica da comunidade “[...] relações face a face, sentimento de solidariedade, obediência à tradição, rígido controle social etc”.

6 Para maiores informações sobre o processo de migração na cidade de São Paulo ver Durham (1984).

7 Muitos moradores do Morro da Penitenciária mantêm vivas na memória até hoje as histórias e as mensagens do monge João Maria, relatadas por seus pais e avós. Entre essas mensagens está a da “Cruz de Cedro”. Segundo o monge, a comunidade que plantasse um pé de cedro em formato de cruz teria prosperidade por muito tempo. No Morro há uma cruz de cedro desde os anos 80 plantada na Grotta, um dos primeiros espaços coletivos da comunidade. Além da Cruz de Cedro, também pode-se encontrar no Morro, em várias casas, quadros e fotos do monge João Maria.

8 Os dados referentes à década de 80 estão no trabalho de Ribeiro & Ferreira (1984). Já os dados referentes à atualidade são do final do ano de 2000 e foram levantados pelos integrantes do Projeto Interdisciplinar Morro da Penitenciária, ligados à Escola de Educação Básica Hilda Theodoro Vieira, de Florianópolis.

9 Termos como “Capital Turística Internacional”, “pólo turístico internacional”, “paraíso internacional” e “ilha da magia” foram utilizados diversas vezes pelos membros do executivo municipal a partir de 1989 quando Esperidião Amin assumiu a prefeitura de Florianópolis pela segunda vez. Com a utilização destes e outros termos as elites políticas e empresariais da cidade, principalmente aquelas ligadas ao setor turístico, tentavam passar uma imagem idílica de Florianópolis visando atrair novos visitantes. Sobre esse assunto ver Franzoni (1993).

10 As CEB's - Comunidades Eclesiais de Base, surgiram no Brasil a partir do início dos anos 60, ganhando força nas duas décadas seguintes. Em Santa Catarina, as CEB's tiveram uma maior atuação nos anos 80 e foram fundamentais para o surgimento de novas lideranças e para

a organização política de comunidades urbanas e rurais. As CEB's são fruto de uma reestruturação no interior da Igreja Católica Latino-Americana que ocorreu principalmente a partir dos anos 60 graças ao Concílio Vaticano II e à II Conferência Geral da Confederação Episcopal Latino-Americana (CELAM), realizada em Medellín, na Colômbia. Estes dois momentos foram as bases de uma nova Igreja que começava a dar um outro sentido às pregações de Jesus Cristo e se voltava cada vez mais aos pobres e marginalizados da América Latina. No Morro da Penitenciária, uma das primeiras tarefas da CEB, formada no início dos anos 80, foi a criação de grupos de reflexão e a reestruturação dos círculos bíblicos, das missas, das novenas de Natal e das visitas em preparação à Páscoa. Assim, a partir da fé e do Evangelho, muitos moradores foram sendo despertados para uma nova consciência política.

11 A Casa da Criança foi construída pelos moradores do Morro da Penitenciária em 1988 em sistema de mutirão. Entre os seus objetivos iniciais estavam o atendimento às crianças e aos adolescentes da comunidade, oportunizando-lhes um espaço complementar à escola regular e um lugar de convívio coletivo, de lazer, de alimentação e principalmente de valorização das características culturais do Morro.

12 Para mais informações sobre as migrações em Santa Catarina ver Olinger (1991).

13 Sobre as *classes perigosas* ver Chalhoub (1996).

14 Os detalhes desta passeata e de todo o processo de luta pela terra podem ser encontrados em Silva (2001).

15 Morro da Penitenciária - Casa da Criança - 1987/88. Gravação em vídeo, 1987.

16 Para saber mais sobre a importância dos "agentes" para os movimentos sociais, ver Sader (1988).

9. Referências

ARQUIVO DA ESCOLA ESTADUAL HILDA THEODORO VIEIRA. Panorâmica do Morro da Penitenciária, 2000.

BARNES, J.A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. Global Universitária, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CNBB. *Propriedade e uso do solo urbano: situações, experiências e desafios pastorais*. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.

DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.

FANTIN, Maristela. *Construindo cidadania e dignidade: experiências populares de educação e organização no Morro do Horácio*. Florianópolis: Insular, 1997.

FELDMAN-BIANCO, Bela. *Antropologia das sociedades contemporâneas*. Global Universitária, 1987.

FRANZONI, Teresa M. *As "perigosas" relações entre movimento popular/comunitário e administração pública municipal na ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1993. (Dissertação de Mestrado em Antropologia).

HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.

IBGE. *Censo demográfico de 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. *Censo demográfico de 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. *Censo demográfico de 1991*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

INSTITUTO de Planejamento Urbano de Florianópolis. *Perfil das áreas carentes da ilha*. Florianópolis: IPUF, 1993.

MAGNANI, José G.C & TORRES, Lilian L. (Org.). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: EDUSP, 1996.

MUNARIM, Antônio. *A práxis dos movimentos sociais na região de Lages*. Florianópolis: UFSC, 1990. (Dissertação de Mestrado em Educação).

NODARI, Eunice S. *A renegociação da etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954)*. Porto Alegre: PUC, 1999. (Tese de Doutorado em História).

OLINGER, Glauco. *Êxodo rural: campo ou cidade?* Florianópolis: Acaresc, 1991.

RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997.

_____. *Sociodicéia às avessas*. Chapecó: Grifos, 2000.

RIBEIRO, Edaléa M. & FERREIRA, Marcia. *Uma reflexão da proposta alternativa do serviço social na formação de CEB, desenvolvida no Morro da Penitên-*

ciária. Florianópolis: UFSC, 1984. (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social).

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Adriano L. *Morro da penitenciária: uma experiência de luta pela terra*. Florianópolis: UFSC, 2001. (Trabalho de Conclusão de Curso em História).

SILVA, Edaléa R. *O usuário dos serviços sociais, este ilustre desconhecido*. São Paulo: PUC, 1992. (Dissertação de Mestrado em Serviço Social).

TIETJEN, Elizonete. *A luta pela terra no Morro da Penitenciária e a contribuição do Serviço Social*. Florianópolis: UFSC, 1994. (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social).

9.1. Jornais e revistas

JORNAL A VOZ DAS COMUNIDADES. nº03, Florianópolis, outubro de 1984.

JORNAL DIÁRIO CATARINENSE. *Moradores pressionam e ganham posse*. Florianópolis, 01 de out. de 1986.

JORNAL O ESTADO. *Favelados pedem títulos a Amin*. Florianópolis, 17 de abr. de 1986.

REVISTA ISTOÉ. *Estranha no ninho: comunidade se junta para transferir penitenciária*. São Paulo, 02 de set. de 1987.

9.2. Entrevistas

GOULART, Argeu Antunes. Comunicação Pessoal. Entrevista concedida a Edaléa Ribeiro Silva. Florianópolis, 22 de maio de 1991.

GOULART, Argeu Antunes. Comunicação Pessoal. Florianópolis, 08 de maio de 2001.

MORAIS, Rosa Ribeiro. Comunicação Pessoal. Florianópolis, 09 de maio de 2001.

OLIVEIRA, Adelina Maria do Patrocínio. Comunicação Pessoal. Florianópolis, 09 de maio de 2001.

OLIVEIRA, Balbina de Souza. Comunicação Pessoal. Florianópolis, 28 de out. de 2000.

OLIVEIRA, Hilda Chaves de. Comunicação Pessoal. Entrevista concedida a Edaléa Ribeiro Silva. Florianópolis, 21 de maio de 1991.

OLIVEIRA, Hilda Chaves de. Comunicação Pessoal. Entrevista concedida a Ciro Goda e Francisco Ferreira Martins. Florianópolis, 28 de out. de 2000.

RIBEIRO, Eduardo da Silva. Florianópolis, 28 de out. de 2000 (Gravação em vídeo).

RIBEIRO, Eduardo da Silva. Comunicação pessoal. Florianópolis, 09 de maio de 2001.

9.3. Documentário em vídeo

CASA DA CRIANÇA. Morro da Penitenciária, (1987-88).

9.4. Internet

IBGE. Censo demográfico, 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br
MAPA de Florianópolis. Disponível em: www.guiafloripa.com.br

Abstract

This article is about people from Catarinense Serrana region who migrated to Florianópolis in the 70's and 80's. It shows the part of the process which led these migrants to get involved in the struggle for land in this city from 1984. It also shows a partial reading focused on history and trajectories of economical poor migrants who live in Morro da Penitenciária, a community located in one of the slopes of Morro da Cruz, in Florianópolis, Santa Catarina State.

Key Words: Migration and struggle for land.